

((TITULO))PUBLICAÇÃO Nº 192/CMDCA-SP/2018

((TEXTO)) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna pública a Ata de Reunião Ordinária do dia 20/08/2018.

Aos 20 dias do mês de Agosto de 2018, às 10h30, em segunda chamada, na Câmara Municipal de São Paulo, iniciou-se reunião ordinária com a presença do(a)s:

Conselheiro(a)s de governo: Esequias Marcelino Filho, Alan, Rafael Moraes.

Conselheiro(a)s da sociedade civil: Lourival Nonato, Armando Hussid, João Trevisam, Écio Silva, Edivaldo, Kedemilson Bezerra, Eduardo Pedro de Carvalho e Luciana Bispo.

Faltas Justificadas por e-mail: Aracélia Lucia Costa

PAUTA:

1. Diretoria Executiva
1.1 Posse de Conselheiros Tutelares Foram empossados os seguintes Conselheiros Tutelares: Encaminhamento: A informação será publicada em DOC.
1.2 Informes sobre Conferências DCA Discussão: Conselheiro Junior aponta que a organização das conferências DCA está comprometida, considera que as mesmas vêm ocorrendo em meio ao caos. Não há confirmação de transporte e dificuldades com alimentação e local. Solange, presidente em exercício aponta que há a preocupação com a falta de informações das comissões regionais, não há todas as datas de realização, não há a composição das comissões regionais e poucos relatórios foram recebidos. Há uma proposta realizada pelo conselheiro Kedemilson de que as informações sobre as Conferências passem pela CPCI. Conselheiro Lourival aponta que o Conselho deve se atentar a sua independência, garantida no artigo 7º da lei 11.123. Encaminhamento: As informações serão enviada à CPCI, porém encaminhadas pela Executiva.
1.3 Inclusão de Pauta
1.3.1 Informe sobre solicitação de reunião com a Secretária de Direitos Humanos Solange, presidente em exercício informa que será solicitada uma reunião

com a Secretária de Direitos Humanos para apresentação do Conselho. A expectativa é de que a reunião seja realizada até o fim da semana. Conselheiro Júnior aponta que a alta rotatividade de conselheiros do poder público compromete o pleno funcionamento do Conselho e que é necessário ter atenção e comprometimento.

Encaminhamento: Será reiterada a solicitação de reunião com a Secretária com pauta: Formação de Conselheiros Tutelares, Conferências DCA, rotatividade de conselheiros,

1.3.2 Composição da Diretoria Executiva

Discussão: É apresentada a situação da exoneração do presidente, senhor Eduardo Barbin. Sra. Solange, tendo em vista a vacância, é a presidente em exercício.

Encaminhamento: Será realizada uma reunião extraordinária na sexta-feira, 24/08, às 10h para referendar o exercício da presidência da senhora Solange Sampaio, tendo em vista que já foram assinados diversos documentos.

2. Comissão Permanente de Relações Institucionais - CPRI

2.1 Registros

O coordenador apresenta os registros a serem aprovados para concessão ou renovação de registro:

Os registros são aprovados por unanimidade.

2.2 Projeto de georreferenciamento

Matheus, administrativo do CMDCA apresenta o projeto de georreferenciamento das organizações com registro ativo no CMDCA, realizado por ele, pelo sr. Luiz e pela equipe CPRI, com o objetivo de diagnosticar as regiões que possuem gaps de atendimento e maiores índices de violação de direitos humanos. O diagnóstico será realizado com dados fornecidos pela SMADS, SSP, SME e SMS.

Conselheira Luciana parabeniza o trabalho, salientando a importância do diagnóstico visando intervenção.

Conselheiro João Trevisam também parabeniza o trabalho e agradece a oportunidade de haver o observatório de políticas públicas para crianças e adolescentes.

Conselheiro Júnior aponta a necessidade urgente de alimentar o observatório

que existe, porém está inativo e erroneamente sob a responsabilidade da CPCA –SMDHC. Aponta a necessidade de que os dados provenientes do conselho tutelar também sejam base para obtenção de dados.

Conselheiro Lourival também parabeniza a apresentação e aponta a importância do mesmo.

Conselheiro tutelar Mildy aponta que não há instrumental para coleta de dados dos conselhos tutelares e é refutado rapidamente com a indicação de utilização do SIPIA.

Rudnéia, do Fórum Municipal DCA, apresenta a necessidade de diagnóstico de aplicação dos recursos do FUMCAD.

Conselheiro Eduardo apresenta a seguinte proposta: Solicita um levantamento de quais seriam as necessidades tecnológicas para plena realização dos trabalhos e que haja previsão orçamentária para atualização.

Encaminhamento: O administrativo apresentará suas solicitações, que serão incluídas na previsão orçamentária.

3. Comissão Permanente de Finanças e Orçamento - CPFO

3.1 Cartas de anuência

As cartas são apresentadas:

Encaminhamento: Cartas aprovadas unanimemente. Serão publicadas em D.O.

4. Comissão Permanente de Políticas Públicas - CPPP

4.1 Informes

A coordenadora não está presente, não há informes.

5. Comissão Permanente de Comunicação e Informação -CPCI

5.1 Informes sobre o seminário “Fortalecendo o SGD”

Coordenadora Wilsilene informa que há inscrições abertas para o seminário, que ocorrerá em 22/08/2018.

6. Comissão Permanente de Garantia de Direitos e Conselhos Tutelares - CPGDCT

6.1 Projeto FUMCAD 2016 – Instituto Potencial

Coordenador Jorge Artur está ausente. Conselheiro Júnior dá informes sobre os encontros temáticos entre CPGDCT e Conselheiros Tutelares.

Sobre o Projeto FUMCAD do Instituto Potencial, que teve parecer negativo quanto ao seu conveniamento, conselheiro Júnior apresenta uma série de

apontamentos presentes no parecer jurídico da SMDHC, que poderiam ser questionados, tendo em vista o conteúdo do edital de referência e a legislação prevista. Aponta que a oferta realizada pela Escola do Parlamento é válida e agrega conhecimento, apesar de não ser uma formação continuada. Além da referida proposta, há também um termo de referência tramitando que tem como objeto a formação de CT. Aponta também a necessidade de formação de Conselheiros Tutelares e de direito.

Conselheiro Eduardo Pedro aponta que a questão do Termo de Referência, do Observatório, Conferências e demais ações previstas estejam previstas em orçamento, que haja um plano de ação, um legado para a próxima gestão. Sugere que haja um fechamento dos pontos e sugere uma plena ampliada para tal.

Conselheiro Lourival aponta que deve haver atenção

Encaminhamento: O parecer da CPGDCT será encaminhado à executiva para após, ser enviado para análise da Assessoria Jurídica da SMDHC.

Rudneia do Fórum Municipal DCA, aponta que deve haver cuidado ao empossar conselheiros por 15 dias ou menos, por questões trabalhistas.

Solange Sampaio, presidente em exercício, aponta que haverá devolutiva em breve.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerra a reunião às 12h35, enquanto eu, Anna Carolina Lousa, lavro a presente ata, que após aprovação do colegiado, será publicada em DOC e disponibilizada no Site do CMDCA, conforme determina a resolução nº 126/CMDCA/2018.